

Comunicação Oral

O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E O FAZER DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

Claudeci de Paula de Almeida¹
Patrícia Alves Carvalho²

RESUMO Este artigo, traz uma reflexão no entorno do fazer pedagógico do professor alfabetizador tendo como norteador a formação continuada, pois entendemos ser imprescindível para a vida profissional, à busca pela renovação dos saberes. Para efetivação deste estudo concentramos nosso olhar na formação continuada ofertada pelo poder público, com o programa PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Assim, buscou-se responder: Qual o papel do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) na formação dos professores alfabetizadores, mediante as transformações que se fazem presentes no atual contexto educacional de Campo Grande/MS? Visando garantir maior clareza a respeito do estudo, fez-se uso do seguinte aporte teórico disponibilizado sobre o tema: Morais (2012), Frade (2007), Lucio (2013), André (2010), Souza (2014), Cartaxo (2008), Mortatti (2010). A pesquisa bibliográfica, e fenomenológica, foram os caminhos utilizados para evidenciar este estudo, fornecendo suporte suficiente, para se alcançar o objetivo de descrever o que ocorreu na década da alfabetização de 2003 até 2012, em relação a programas de formação criados pelo MEC, com destaque ao programa PNAIC e a formação continuada do professor alfabetizador, bem como buscou-se ressaltar o papel do professor em sua formação. Finalizando com um parecer geral a respeito do programa PNAIC e da formação dos professores alfabetizadores que precisam entender a importância em se envolverem na tarefa diária de alfabetizar, não podendo se manter imparcial às transformações que se encontram postas em nosso contexto social.

¹Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco, pós-graduada em Psicopedagogia e em Educação Inclusiva pela Universidade Castelo Branco do Rio de Janeiro. Pós-graduada em Alfabetização pela FUNLEC. Pós-graduada em Coordenação Pedagógica pela UFMS e pós-graduação em Gestão Escolar pela FAEL. Professora tutora nos cursos de graduação e pós-graduação, em cursos EAD em Campo Grande - MS. Atualmente Diretora na Escola Municipal Prof. Licurgo de Oliveira Bastos e acadêmica do Mestrado Profissional da UEMS, sob a orientação da professora Mestra Iara Augusta da Silva E-mail: claupaulaalmeida@gmail.com

²Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco. Mestre e doutora em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professora dos cursos de Licenciaturas em Geografia e Letras e do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: patriciaalves@uems.br



Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas
Educacionais e Formação de Professores



Palavras-chave: Pacto Nacional pela Alfabetização Nacional na Idade Certa, formação, professor alfabetizador.

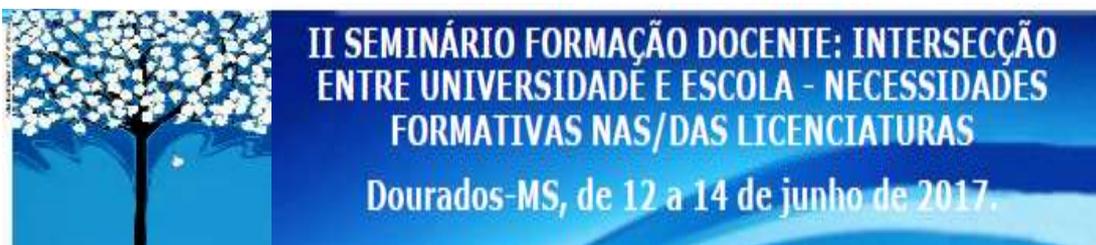
INTRODUÇÃO

O tema alfabetização encontra-se em discussão mais aprofundada desde 2003 de acordo com Mortatti (2013), ainda hoje, fala-se sobre a questão da formação do professor que atua nesta etapa da escolarização, e a contribuição dos entes federados na fomentação de programas de incentivos à formação continuada dos professores alfabetizadores.

Para contribuir com esclarecimentos necessários a respeito da alfabetização, propõe-se aqui uma reflexão a respeito dos fatos históricos em relação às políticas públicas voltadas, para fomentar a formação continuada do professor alfabetizador, mediante ao suporte teórico metodológico ofertado pelo programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, levando em consideração, que além de pesquisadora, também participo das formações propostas pelo governo como forma de estudo para ampliação dos conceitos em relação à alfabetização, visando a melhoria das práticas metodológicas que estão sendo utilizadas no contexto das turmas beneficiadas pelo programa PNAIC.

Sendo necessário explanar a respeito do contexto educacional em que estamos inseridos, pois encontra-se em processo de transformação compilando com a necessidade, cada vez mais de uma sociedade capaz de compreender o que se passa ao seu entorno, onde o indivíduo precisa não apenas decifrar e codificar o sistema de escrita, mas, que seja capaz de relacionar o que aprende na escola com situações, vivenciadas na fase de alfabetização, compreendida aqui nas turmas de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, etapa inicial da escolarização, de modo, que os conceitos venham de encontro com as necessidades da vida cotidiana dos alunos, ou seja, denotem sentido, aos conceitos que são ensinados nas escolas.



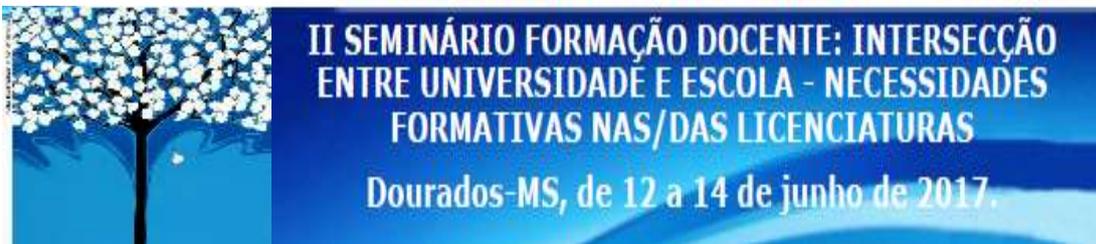


[...] não basta apenas ensinar a decifrar o sistema de escrita estabelecendo relações entre sons e letras. Também não é suficiente que os alunos leiam textos completos pertencentes a uma esfera escolar ou literária: é necessário que façam uso da escrita em situações sociais e que se beneficiem da cultura escrita como um todo, apropriando-se de novos usos que surgirem. Temos então uma dupla questão para a escola: precisamos tratar a língua como objeto de reflexão e como objeto cultural e isto, às vezes, implica em metodologias diferentes (FRADE, 2007, p. 32).

Compreendemos, que mesmo estando em um contexto marcado por transformações significativas na década de 2003 a 2012, a escola ainda é ineficiente, pois as metodologias aplicadas em sala de aula, ainda não conseguem despertar o desejo de aprender do aluno. Por isso, faz-se necessário compreender: Qual o papel do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) na formação dos professores alfabetizadores, mediante as transformações que se fazem presentes no atual contexto educacional de Campo Grande/MS?

Alfabetizar-se, saber ler e escrever tornaram-se hoje condições imprescindíveis à profissionalização e ao emprego. A escola é um espaço necessário para instrumentalizar o sujeito e facilitar seu ingresso no trabalho. Mas pelo avanço das ciências humanas compreende-se como inerente aos homens e mulheres a necessidade de manifestar e dar corpo às suas capacidades inventivas. Por outro lado, existe um uso não tão pragmático da escrita e leitura. Em muitos momentos, ler pode ser o único sonho viável e escrever um trabalho que exige esforço, mas no ato de escrever, não nos perguntamos se é verdade ou se é engano, registrarmos aquilo que existe de melhor em nós. (BARTOLOMEU, 2013, p. 115-116).

Entende-se que o processo de alfabetização não pode ser reduzido apenas ao grafar e decodificar, é preciso que o aluno compreenda o sentido existente no que escreve e lê, por isso, tem grande valor a implementação do PNAIC, e todo o processo de transformação no âmbito educacional, como estratégia metodológica do MEC para



incentivar os professores a se envolverem com a formação continuada, revendo conceitos de grande nuance para o ensino brasileiro.

Visando desvelar de maneira clara a necessidade de políticas públicas para melhorar, a qualidade do ensino ofertado na base do ensino fundamental nos anos iniciais, e o comprometimento por parte do professor, estes fatos serão pesquisados tendo como norteador a pesquisa bibliográfica, pois, permite a utilização do posicionamento dos teóricos que já realizaram estudos a respeito do assunto em enfoque e também optou-se por analisar a essência do problema, de modo a registrar o que ocorre na realidade diante da necessidade do professor, manter-se atualizado e o que realmente faz para garantir que participe de cursos de formação continuada em sua prática diária.

Assim, será explanado a seguir, os conceitos históricos da alfabetização, fatores que desencadearam, a criação do PNAIC, bem como as expectativas entorno, de sua efetivação como mecanismo de formação do professor, visando um ensino, onde os alunos se alfabetizam até o 3º ano do ensino fundamental nos anos iniciais

Fatos históricos que envolvem a alfabetização

Durante muito tempo, o país pouco se envolveu, com a base do ensino fundamental, sendo o ensino disponibilizado apenas às classes mais abastadas, às quais tinham condições de estudar, pois haviam poucas escolas, e não era do interesse dos entes federados, que o povo, tivesse domínio da leitura e escrita. O que nos faz entender que a base da educação Nacional, a alfabetização foi marcada pelas questões, políticas, sociais e econômicas.

De acordo com Mortatti (2013), o período de 2003 a 2012, foi considerada um dos momentos mais importantes para a alfabetização na França, Estados Unidos e Brasil, pois estes países preocuparam-se em estudar e pesquisar o contexto da alfabetização, tendo como ponto de partida a conferência de Jomtien, em 1990 e por meio dos estudos de Emília Ferreiro, impulsionando no Brasil, os teóricos: Leda Tfouni,





Ângela Kleiman, Magda Soares, Maria do Rosário Longo Mortatti entre outros, que levaram suas indagações para os centros universitários, propagando-se esta importante discussão no âmbito educacional, escolar e acadêmico.

O desafio nacional de formar leitores e escritores permanece na contemporaneidade, mas, em um contexto particular, nos últimos dez anos, universidade e escola pública unem-se para construir processos de formação docente e ensino inicial da leitura e da escrita, como vivenciamos recentemente com a Constituição da Rede Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (RNFC/2003) e do Programa de Formação Continuada Pró-letramento (2005) (LUCIO, 2013, p.113).

Nas últimas décadas muitos seminários em relação a alfabetização estão sendo realizados, onde muitos questionamentos que se fizeram presentes entorno da formação dos professores alfabetizadores; dos saberes necessários para se alfabetizar, destacando-se a preocupação com o conhecimento em relação aos métodos de alfabetização tão focados no contexto histórico tradicional aguçando acadêmicos e professores para debates e a formalização de novos estudos em relação ao tema da alfabetização e da formação continuada do professor alfabetizador.

Os seminários também oportunizaram uma reflexão a respeito do que está sendo apresentado em termos dos textos utilizados na alfabetização, fazendo-se necessário compreender a relação necessária entre o objeto de estudo, e o processo de alfabetização, ou seja, para que o aluno aprenda, tem que haver uma relação de sentido, por isso, houve tantas repudias a cartilha Caminho Suave que trabalhava com textos que repercutem até hoje como “Ivo viu a Uva”, pois a cartilha era usada em todo país com o mesmo texto, em todas as regiões e não fazia sentido, por exemplo, para o menino que estava sendo alfabetizado em Mato Grosso do Sul, aqui seria mais prudente se falar que “Ivo viu o boi no pasto, ou o boi pasta e come sal” apresentando contextos que realmente tenham sentido para o aluno.

Diante desta primeira indagação, Mortatti nos chama atenção para a questão do envolvimento do professor com sua formação, visando um ensino que tenha sentido e que siga uma sequência, onde os alunos possam partir de atividades com grau de



dificuldades simples para gradativamente serem ampliados, por isso, o envolvimento dos acadêmicos têm contribuído com produções a respeito da educação e alfabetização, trazendo à tona questionamentos como os baixos resultados das avaliações externas, e também oportunizam relatórios diagnósticos a respeito dos programas disponibilizados pelo MEC.

No Brasil, tivemos como programas voltados para os professores alfabetizadores, O Programa Alfa (1984), em 1997, o MEC, organizou os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), substituindo as salas seriadas pelo sistema de ciclo, com metas para possibilitar aos alunos oportunidades para que todos realmente pudessem ser alfabetizados.

Para garantir que os alunos pudessem realmente ter seus direitos garantidos, as entidades federadas investem na criação de programas e planos que visa possibilitar o deslançar da educação, entre estes planos podemos destacar ao PNE (Plano Nacional de Educação) e no PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola), assim, a escola conquista maior autonomia para investir os recursos em favor do aluno e da formação dos professores melhorando a qualidade da prática pedagógico da escola.

Assim, temos uma década voltada para o estabelecimento de metas e formações, sendo uma das últimas, o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), que além de oportunizar a formação, disponibiliza materiais e discussões a respeito da ação dos professores e da necessidade de uma nova postura do professor dentro de sala de aula, tanto nas universidades como nas escolas, fazendo-se necessário que sejam estabelecidos metas e objetivos que estejam relacionados com as estratégias propostas no dia a dia do processo de ensino e aprendizagem.

O período de 2003 à 2012 foi marcada por “problemas silenciados e desafios ruidosos” como bem enfoca Mortatti (2013), pois ainda vivemos em uma sociedade onde podemos evidenciar que a educação, em particular a alfabetização, tem passado por muitos avanços, mas ainda temos um número excessivo de alunos “analfabetos”, ou seja, que sabem grafar e decodificar as palavras, mas não as compreendem, faltando-lhes o



letramento, “ compreensão com sentido, do que se lê e se escreve, faltando estabelecer relação com os conceitos estudados na escola e a vida cotidiana. (SOARES, 2003, p. 12).

De acordo com Mortatti (2013), é preciso desconsiderar os conceitos do passado para constituir os avanços dos problemas do presente. Este pressuposto nos leva a compreender que, temos parcelas importantes no sucesso da aprendizagem e para tanto, temos deveres importantes, pois ser professor é estar inquieto, não se contentar com o que se apresenta mas se fazer pesquisador e disseminador esta vontade de ir em busca de novos conhecimentos, para melhor ensinar. Por isso, as produções dos professores precisam se tornar uma prática e não um achado, pois são estes documentos que têm contribuído para a reformulação e criação de novas políticas públicas envolvendo a alfabetização.

A comunidade escolar precisa de formações que contribuam com a prática do professor, de modo a compreender a importância de mediar o conhecimento de tal maneira, que o aprendiz domine a escrita e a leitura, tendo em vista que as avaliações nos mostram que nosso ensino não está bom, pois temos alunos alfabetizados, porém, sem o letramento necessário, para estarem inseridos e atuantes em nossa sociedade. Mortatti nos revela que:

[...] que a alfabetização infantil é dever do Estado, a ser assegurado por meio da garantia de ingresso e permanência das crianças no ensino fundamental (de 9 anos) e, sobretudo, por meio do “sucesso” na aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais de escolarização é necessário problematizar alguns aspectos de difíceis detecção, formulação, discussão e compreensão (2013, p. 24).

Por isso, é preciso que sejamos capazes de aproveitar as propostas de formações oferecidas, para que seja possível implementar uma alfabetização de qualidade, onde o aluno consiga desenvolver as habilidades esperadas para o ano de ensino, e o professor seja capaz de oportunizar diferentes estratégias em sua aula, de modo, que todos realmente consigam aprender o que lhes é ensinado.

Embora tenhamos passado por diferentes momentos históricos, no âmbito educacional, ainda estamos caminhando no fazer pedagógico, nos anos iniciais, ou seja,



na alfabetização, por isso, este tema não é ultrapassado e ainda requer muitos estudos, pois o que temos presenciado pelos índices que são apresentados é que existe uma grande defasagem metodológica no espaço escolar. Existe uma falta de sequência para que o processo de ensino e aprendizagem possa realmente oportunizar aos alunos condições reais de aprendizagem.

Cabe à escola, na pessoa do professor, fazer uso de estratégias didáticas para oportunizar ao seu aluno, condições para que, mesmo diante dos erros, compreenda que existe possibilidade de aprendizagem. Neste sentido, podemos contar com os estudos de Emília Ferreiro (2005), psicóloga e linguística que muito tem contribuído para os avanços da compreensão dos níveis silábicos, que favorecem o entendimento a respeito dos caminhos percorridos pela criança diante do processo de ensino e aprendizagem para aprender a ler e escrever.

Para Demo (2006).

O alfabetizador precisa dotar-se de todos os pré-requisitos da aprendizagem adequada, como leitura assídua, estudo sistemático, pesquisa sempre renovada, elaboração constante. Precisa estar estudando durante a vida toda [...] O professor, ao alfabetizar, estuda e, por isso, faz o aluno estudar. Se ele não pesquisa, o aluno não pesquisa (p.20).

Assim, compreende-se que a construção de uma nova prática pedagógica está diretamente ligada à concepção de mundo que os envolvidos com a educação vêm diante do atual contexto histórico, no qual se encontra inserido. Repensar essa prática, tendo da realidade como referência, significa criar um movimento constante de construção, desconstrução e reconstrução, colocando em foco ação e reflexão do fazer pedagógico.

Saberes Necessário Sobre o PNAIC

Ao longo dos anos é possível perceber que a educação está se transformando, mesmo que em passos lentos, o que nos leva a refletir a respeito de programas que foram





sendo criados para oportunizar no âmbito educacional, os ajustes necessários, por isso explanar a respeito do PNAIC, os pontos principais que se encontram envoltos à sua criação e sua efetivação na prática do professor alfabetizador.

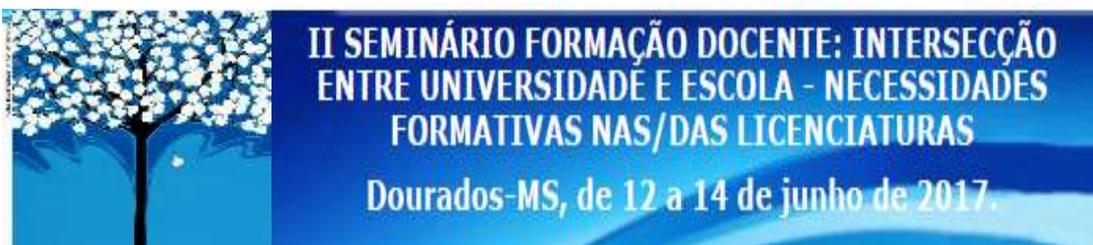
O PNAIC foi implantado pelo ministro da educação Aluísio Mercadante e publicado em Diário Oficial, em 5 de julho de 2012, pelo MEC³, como um programa voltado para os professores alfabetizadores, com o intuito de formação continuada, de modo, que os participantes pudessem rever conceitos básicos e necessários para o desenvolvimento de sua prática, enquanto norteador do processo de ensino e alfabetização das séries iniciais do ensino fundamental.

A criação do PNAIC, não se deu ao acaso, mas vem de encontro com os fundamentos da normatização do ensino de nove anos formalizado em 2009, que renova o dever do Estado em garantir uma educação de qualidade. Assim, o PNAIC tem como objetivos principais, de acordo com a Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, no artigo no artigo 5º.

I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental; II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica; III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores; V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental (PORTARIA Nº 867, Art 5º, 2012).

O PNAIC foi criado para contribuir com a melhoria do ensino ofertado até o 3º ano do Ensino Fundamental dos anos iniciais, sendo responsabilidade dos entes federados, garantir que todos os professores alfabetizadores se envolvessem com esta formação, pois foram estabelecidas metas para esta etapa da escolarização, em que o governo se incumbe de:

³Ministério da Educação e Cultura.



I. Alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática.
II. Realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo Inep, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental. III. No caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação. (BRASIL, s.d., p.11).

De acordo com Mortatti (2010), o processo de alfabetização é complexo, por isso, é preciso que haja um envolvimento efetivo por parte do professor, para que o aluno consiga compreender, por meio de diferentes estratégias, que sua escrita e leitura possuam um significado no contexto social de vivência.

Assim, é possível compreender que não basta que o professor tenha os conceitos adquiridos na faculdade e ou especialização, se faz necessário que este profissional se permita estar em constante formação continuada, pois no dia a dia de sala de aula, muitas vezes o trabalho ocorre de maneira mecânica, sem que sejam estabelecidas novas metodologias visando garantir o envolvimento dos educandos e principalmente, lhes sejam oportunizadas condições para avançarem diante do processo e das práticas sociais presentes no contexto histórico.

Em uma concepção de alfabetização focada na inserção das crianças nas práticas sociais, podem ser desenvolvidas metodologias que, de modo concomitante, favoreçam a apropriação do sistema alfabético de escrita por meio de atividades lúdicas e reflexivas e a participação em situações de leitura e produção de textos, ampliando as referências culturais das crianças (BRASIL, s.d., p.20).

Visando garantir esta premissa, o PNAIC foi instituído, para os professores alfabetizadores com ênfase em língua portuguesa e matemática, com início em 2013, dividido inicialmente em oito módulos, onde os professores passaram pela formação tendo como formadores técnicos das secretarias de educação, que foram formados anteriormente pelas Universidades Federais, em nosso caso, pela UFMS⁴ e posteriormente compartilham seus conhecimentos com os professores da alfabetização.

⁴ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.



O primeiro ano de formação esteve voltado para os estudos e compreensão do currículo necessário para o desenvolvimento das habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos na fase de alfabetização. Para estabelecer a compreensão necessária, houve todo um momento de estudo, que trouxe aos grupos de professores alfabetizadores, a possibilidade de discutir os métodos e concepções que fazem parte do entorno da alfabetização.

Diante dos encaminhamentos propostos, houve em Campo Grande/MS uma reflexão sobre os saberes que estavam sendo cobrados nas diretrizes, e se estes vinham de encontro com as habilidades descritas nos cadernos do PNAIC para cada ano de ensino. De acordo com o material, foram propostos momentos de estudos e foram solicitadas devolutivas, onde os professores eram estimulados a observarem e a aplicarem atividades que lhes permitissem acompanhar o desenvolvimento das habilidades cobradas, além de oportunizar uma análise em relação às práticas metodológicas, averiguando se são coniventes ou estão muito além do ensino que precisa ser ofertado.

De acordo com o estudo realizado, as formações ocorriam por meio, de encontros presenciais e estudos a distância com atividades práticas, onde os professores analisaram os direitos de aprendizagem para cada ano de ensino. Ao fazer um comparativo entre as habilidades cobradas nas diretrizes do Município de Campo Grande MS, é possível perceber que será preciso fazer alguns ajustes para que ambos os documentos oportunizem de maneira clara o que esperam de cada aluno no ano de ensino, fazendo valer o direito à educação básica.

Os estudos do PNAIC em língua portuguesa abordam a sistemática das práticas de alfabetização mediante os métodos de ensino (sintético e ou analítico), debatendo a perspectiva de um ensino que venha de encontro com as necessidades dos alunos, e para isso se faz prudente entender a importância do material didático a ser utilizado pelas turmas de alfabetização, não cabendo mais ter em sala de aula, o ensino de letras e ou sílabas separadas do contexto.



O ensino do aluno em fase de alfabetização de acordo com os estudos de Morais (2006), tem que partir do todo para as partes, o que comprova, que no processo de alfabetização fazemos uso tanto de um método como do outro, para garantirmos que o aluno seja alfabetizado e tenha cada vez mais o letramento estimulado, para novos conhecimentos e isso se desencadeia mais facilmente, quando o professor faz uso em suas aulas da diversidade textual, que além de fomentar o desenvolvimento da leitura e da escrita, ainda oportuniza uma interação do aluno com os diferentes textos que se encontram postos em nosso entorno.

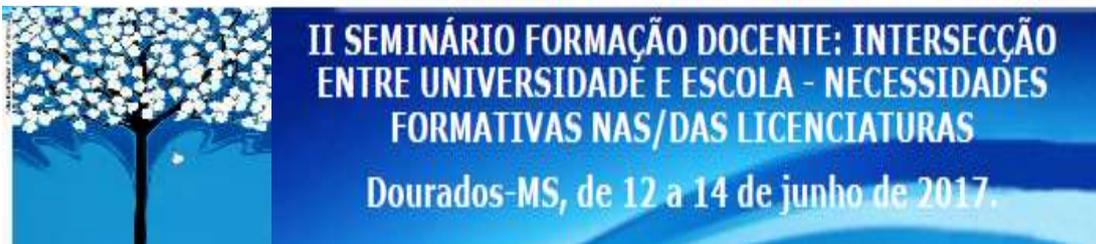
A mesma sistemática foi realizada com a formação em matemática em 2014, onde foi possível encontrar reflexões importantes nos cadernos do PNAIC, que apresentam como proposta aos professores, o trabalho com sequências didáticas, avaliação, currículo, planejamento e formação continuada, de modo, que envolvam os alunos dentro de uma didática metodológica, que lhes permita partirem de conceitos já dominados, para novos que se fazem necessários desenvolver na etapa da alfabetização.

Enfim, o programa de formação continuada do PNAIC elenca concepções conceituais e busca formar um perfil de professor alfabetizador, que terá a intensão de formar determinado perfil de estudante ou de cidadão, que atenderá as demandas da sociabilidade atual (SOUZA, 2014, p.03).

O programa do PNAIC como podemos perceber, é mais uma tentativa que teve início em 2012, onde a preocupação com a base da educação se torna o teor principal das discussões no âmbito educacional, seja nas repartições federadas, seja nas instituições de ensino superior, e ou nas escolas onde a alfabetização é trabalhada. Por isso, cabe não somente aos entes federados impulsionarem a educação brasileira, mas é preciso que os educadores lutem por seus direitos e se envolvam com as formações e propostas que venham à tona para que possamos reinventar a base da educação nacional.

Para averiguar como os conceitos abordados nas formações foram internalizados, houve um vasto rol de atividades propostas para serem desenvolvidas in loco, seminários com exposição oral e por meio de banners, enfatizando teoria e prática dentro das salas de aula das turmas de alfabetização.





Diante do material analisado, este programa ofertado pelo MEC, tem como objetivo coerente base inicial de alfabetização, pois os encaminhamentos propostos visa, envolver o professor de modo reflexivo em relação à sua prática e consecutivamente ter a percepção da importância da formação continuada no fazer pedagógico do professor alfabetizador.

O professor alfabetizador sua formação continuada mediante os encaminhamentos do PNAIC

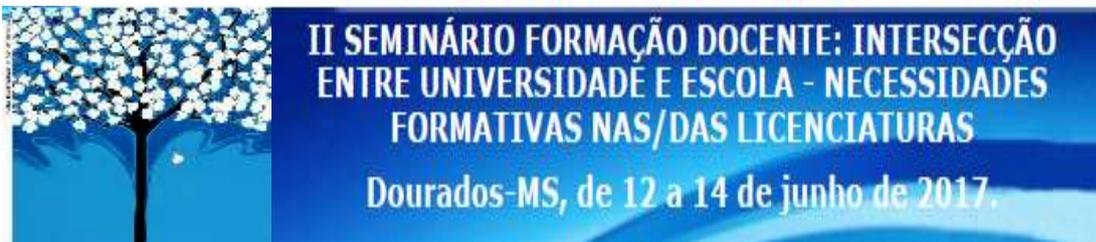
Nas últimas décadas, cada vez mais, temos ouvidos falar em formação continuada, mas muitos professores ainda se posicionam que em decorrência do baixo salário não é possível pagar por uma formação. Visando modificar este quadro preocupante no que tange a formação dos profissionais da educação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento, terá como fundamentos: I-A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II- Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades (BRASIL, 2007, p.40).

Assim, depois da reformulação da LDB 9.394/96, percebeu-se que os professores passaram a buscar melhorar sua formação, pois não seria mais permitido que estivessem à frente de uma sala de aula sem formação adequada. Mas este envolvimento ainda era frágil e esporádico, pois, para estudar é preciso investimento e este recurso demorou para ser disponibilizado para a população de um modo geral.

Libâneo (2012), enfoca que de 2003 até 2010, o governo Lula investiu significativamente em programas voltados à melhoria da qualidade da formação dos professores, criando plataformas de estudos, como Plataforma Freire, Portal do professor,





Parfor⁵, a Lei do Piso Salarial da Carreira Docente e as Diretrizes da Carreira Docente, disponibilizando mecanismos para oportunizar a entrada dos professores e cursos de graduação e pós graduação.

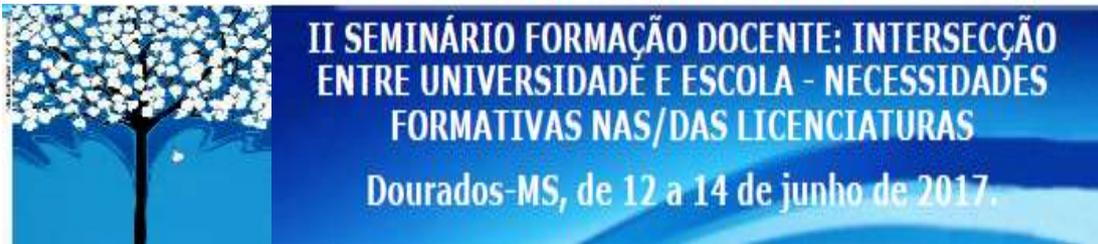
Tendo em vista que o estudo oportuniza criar e trazer para a escola as experiências que tenha adquirido por meio de suas leituras e pesquisas, cabe às instâncias governamentais continuar a investir na qualificação dos professores, pois, desse modo, o país poderá avançar no ranking internacional que envolve a educação, confirmando-se a importância da qualidade do ensino ofertado pelo professor diante de seu aperfeiçoamento profissional (ALMEIDA, 2013, p. 36).

Por isso, as ofertas de outros programas de formação como: PROFA, GESTAR, PRÓ LETRAMENTO e por último o PNAIC, são criados, e, frente à sociedade, possuem seus pontos negativos e positivos, e por isso, enquanto educadores estudiosos com maior capacidade de discernimento, os professores precisam saber tirar proveito do que se encontra disponível para garantir seu aperfeiçoamento pessoal.

O professor é fundamental para os encaminhamentos educacionais que ocorrem dentro do espaço escolar, pois o aluno depende das estratégias propostas para se sentir aguçado na busca pelos conhecimentos que ainda não se formalizaram. Faz-se necessário que o professor seja capaz de mediar o conhecimento por meio de diferentes estratégias, mas se não estiver em constante troca de experiência, leitura e pesquisa que contribuirá para fundamentá-lo terá dificuldade em organizar suas ideias, pois sem argumentos e conteúdo fica difícil encontrar um bom norteamento (ALMEIDA, 2013, p.31).

A formação na vida do professor, tem que acontecer constantemente, com investimento em curso e leituras que venham favorecer momentos de reflexão, pois somente assim, será possível, rever sua atuação em sala de aula, na formação dos alunos, em fase de alfabetização, pois alfabetizar é ir além da complexa tarefa de ensinar a ler e escrever e estimular o aluno para que este sinta o desejo de querer aprender e entender o que aprendeu diariamente.

⁵Plano Nacional de Educação de Professores da Educação Nacional.



Considerações

Os estudos realizados, permitem a reflexão sobre o contexto da alfabetização e todos os encaminhamentos necessários que ocorrem no país, na chamada década da alfabetização que acontece de 2003 até 2012, impulsionando, não mais apenas os entes federados, mas que todos os envolvidos com a educação, professores, supervisores, coordenadores, orientadores e gestores possam articular estratégias no sentido de se repensar a prática pedagógica, não descartando tudo que se encontra posto, mas fazendo-se um balanço, do que já foi utilizado, para selecionar métodos e estratégias que realmente façam a diferença.

Os teóricos utilizados serviram como respaldo, pois forneceram subsídios importantes que oportunizaram compreender a necessidade de mudança compromissada por parte do professor, entendendo a importância do envolvimento com sua formação, pois, cada vez mais, é preciso que se permita estudar, trocar ideias, estar aberto para às novas possibilidades diante das necessidades de sua turma.

É preciso que o professor repense sua prática, criando alternativas e estratégias para organizar o ensino ofertado nas turmas de alfabetização, superando a fase do ensino fragmentado e sem sentido para o aluno, e essa mudança de atitude apenas será evidenciada com o envolvimento na formação continuada, sendo ela ofertada pelo MEC, ou que seja custeada individualmente.

Percebe-se, portanto, que o programa PNAIC, veio de encontro com os anseios em relação à formação continuada dos professores, principalmente no primeiro ano em que foi implantado, ano em que o enfoque foi em relação à formação do professor e os conceitos pertinentes ao ciclo de alfabetização.

Por meios das estratégias trabalhadas no programa PNAIC, os professores tiveram a oportunidade de refletir sua prática e principalmente, em repensar a maneira como planejavam, se estavam oportunizando aos seus alunos, aulas onde pudessem



desenvolver os direitos de aprendizagem em relação aos 4 eixos na língua portuguesa, leitura, oralidade, análise e reflexão e produção textual e dos eixos de matemática.

Em Campo Grande MS, nas formações fomentadas pelo MEC em relação ao PNAIC, houve um envolvimento significativo por parte dos professores alfabetizadores, tanto na participação presencial como à distância, onde eram enviados os registros dos trabalhos realizados em sala de aula. Os relatos presenciais se mostraram consistentes, pois, era possível perceber que os professores se dedicaram e sentiam que a teoria dava resultado quando colocada em prática.

Vale ainda ressaltar, que o professor tem que compreender a importância da formação continuada para sua vida profissional, pois com este entendimento fica mais significativo participar dos encontros de estudos, tendo em vista o compromisso que estes momentos exigem, pois, renovar os saberes, requer analisar o que se encontra posto para que sejam propostos novos encaminhamentos que venham auxiliar na prática diária.

Portanto, conclui-se que o trabalho de alfabetização tem que levar em consideração o processo de ensino e aprendizagem por parte do professor e dos entes federados, no sentido de oportunizar novas frentes de formações voltadas para o entendimento da alfabetização. Para tanto, o professor precisa se envolver na tarefa diária de alfabetizar, não podendo se manter imparcial às transformações que se encontram postas em nosso contexto social. Cabe ao professor garantir aos seus alunos estratégias para aprender de maneira prazerosa, mas antes precisa cuidar de sua própria formação, se valorizando e valorizando seu fazer pedagógico.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Claudeci de Paula. **A formação dos profissionais da educação como pressuposto para uma educação de qualidade.** Diálogos Educ. R., Campo Grande, MS, v. 4, n. 2, p.29-37, dez. 2013 – ISSN: 2179-9989.





BRASIL, Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino de 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental. **Alfabetização**. Vol 1. SEMED. 2008.

BRASIL. Lei nº. 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado, 1999.

_____, Ministério da Educação. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa**. *Currículo inclusivo: o direito de ser alfabetizado*. Brasília: DF, 2012a.

DEMO, Pedro. **Alfabetizar**. UnB, 2006.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos de Alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais**. Educação Santa Maria, v.32 – n, 01, p. 21-40, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCIO, Elizabeth Orofino. **O Pacto Nacional pelos Direitos do Professor Alfabetizador: por uma política de responsabilidade e uma docência de responsividade**. In: Revista Práticas de Linguagem. v. 3, n. 1, jan./ jun. 2013.

MORTATTI, M. do R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. Revista Brasileira de Educação, V. 15 n. 44, p. 329-341, maio/ago. 2010.

_____. **Um balanço crítico da “década da alfabetização” no Brasil**. Cad. Cedes, Campinas, V. 33, n.89,. 15-34, jan.- abr. 2013.

SOARES, Magda.

SOUZA Elaine Eliane Peres de. **A formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.